



RELATÓRIO ODS

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS AÇÕES
DO GOVERNO DO CEARÁ: ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL.
Nº 02/2022.

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cella de Arruda Coelho

Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG

Secretário

Ronaldo Lima Moreira Borges

Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Sandra Gomes de Matos Azevedo

Secretário Executivo de Gestão

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Relatório ODS - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará: ODS 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável. Nº 02/2022. Fortaleza, Ceará: IPECE. 2022.

Autores Marília Rodrigues Firmiano e Aprígio Botelho Lócio

ISSN: 2764-4944

1. ODS 2. Agenda 2030 3. Gestão Pública 4. Políticas Públicas
5. Monitoramento.

36 páginas. Cores.

Copyright © 2022 - IPECE

ipece INSTITUTO
DE PESQUISA
E ESTRATÉGIA
ECONÔMICA
DO CEARÁ



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

INSTITUTO DE PESQUISA e ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo - Cambéa | Cep: 60822-325 | Fortaleza, Ceará, Brasil

Telefone: (85) 3101-3521

www.ipece.ce.gov.br

RELATÓRIO DS

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS AÇÕES DO GOVERNO DO CEARÁ: ODS 2 - FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL. Nº 02/2022.



Organização

Marília Rodrigues Firmiano

Elaboração

Aprígio Botelho Lócio

Colaboração

Tiago Emanuel Gomes dos Santos

Pedro Thiago Moreira Cabral

Alexsandre Lira Cavalcante

O **Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)** é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Diretor Geral

João Mário Santos de França

Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP

Marília Rodrigues Firmiano

Diretoria de Estudos Econômicos - DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais - DISOC

Luciana de Oliveira Rodrigues

Gerência de Estatística, Geografia e Informações - GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

ORGANIZAÇÃO

Marília Rodrigues Firmiano

Mestre em Economia - CAEN/UFC e Graduada em Finanças - CAEN/UFC. Diretora de Estudos e Gestão Pública - DIGEP/ IPECE.

ELABORAÇÃO

Aprígio Botelho Lócio

Mestre em Negócios Internacionais - UNIFOR e Bacharel em Ciências Econômicas - FEAACS/UFC. Assessor Técnico da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

COLABORAÇÃO

Tiago Emanuel Gomes dos Santos

Pós-Graduado em Governança de TI - Faculdade Estácio e Bacharelado em Ciências da Computação - Faculdade Lourenço Filho. Técnico da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

Pedro Thiago Moreira Cabral

Estudante de Ciências Econômicas - FEAACS/UFC. Estagiário da Diretoria de Estudos de Gestão Pública - DIGEP/IPECE.

Alexsandre Lira Cavalcante

Doutor e Mestre em Economia – CAEN/UFC, Bacharel em Ciências Econômicas e Ciências Contábeis – FEAACS/UFC. Analista de Políticas Públicas – DIEC/IPECE.

APRESENTAÇÃO

O “**Relatório ODS - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará**” tem a finalidade de identificar e descrever as iniciativas e ações do Governo Estadual que direta ou indiretamente podem contribuir no alcance das metas estabelecidas na Agenda 2030 ao longo dos anos.

As estratégias públicas promovidas pelo governo do Ceará que de certa forma apresentam um alinhamento com os ODS estão distribuídas em edições relacionadas aos 17 objetivos definidos pela Agenda 2030. Nesta edição serão abordadas as ações relacionadas ao **ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável**.

Marília Firmiano
Diretora de Estudos de Gestão Pública

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	9
ODS 2- FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	13
METAS DO OBJETIVO 2	13
ODS 2 E GESTÃO PÚBLICA.....	14
AÇÕES DO GOVERNO DO CEARÁ RELACIONADAS AO ODS 2.....	16
PROGRAMAS	16
<i>Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)</i>	<i>16</i>
<i>Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET).....</i>	<i>25</i>
<i>Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) .</i>	<i>28</i>
<i>Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE).....</i>	<i>30</i>
<i>Secretaria de Recursos Hídricos (SRH)</i>	<i>30</i>
<i>Secretaria da Infraestrutura (SEINFRA).....</i>	<i>Erro! Indicador não definido.</i>
PROJETOS	31
<i>Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE).....</i>	<i>31</i>
AÇÕES E ESTRATÉGIAS	31
<i>Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)</i>	<i>31</i>
<i>Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET).....</i>	<i>32</i>
<i>Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) .</i>	<i>32</i>
<i>Secretaria da Educação (SEDUC)</i>	<i>32</i>
<i>Secretaria de Recursos Hídricos (SRH)</i>	<i>32</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34



INTRODUÇÃO

No ano de 2000, um total de 191 países-membros das Nações Unidas fecharam um acordo denominado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tinha por objetivo o compromisso compartilhado de até 2015, buscar a sustentabilidade do Planeta e a melhoria da qualidade de vida da população mundial. Os ODM foram compostos por 8 (oito) objetivos, divididos em 18 (dezoito) metas e com 48 (quarenta e oito) indicadores, a serem monitorados e atingidos por meio de políticas governamentais e ações da sociedade.

A partir dos ODM, surgiram diálogos e negociações que se constituíram na busca pelo desenvolvimento sustentável e que deverão ser alcançados pelos próximos 15 anos (2016-2030). Dessa forma vários acordos e agendas passaram a ser sugeridas e seguidas, algumas com foco bem estabelecido, como o Acordo de Sendai, a Agenda de Ação Adis Abeba, Acordo de Paris, descritos a seguir.

O Acordo de Sendai¹, estabelecido em 18 de março de 2015, na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Redução de Riscos de Desastres, na cidade de Sendai, Miyagi, no Japão, onde 187 Estados adotaram a “Declaração de Sendai e o Marco para a Redução de Riscos de Desastres 2015-2030”, com o objetivo de reduzir mortes, destruição e deslocamentos causados por desastres naturais, a partir do gerenciamento (antecipação, planejamento e diminuição) de riscos, de forma mais efetiva, com relação à proteção de pessoas, comunidades e países.

A Agenda de Ação Adis Abeba², elaborada em 13 a 16 de julho de 2015, na Terceira Conferência Internacional para o Financiamento do Desenvolvimento, em Adis Abeba, Etiópia, e endossado na resolução n° 69/313 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 27 de julho de 2015, foi elaborada com o objetivo de constituir cooperação e parceria global para identificar os meios financeiros e não financeiros necessários para uma mudança de paradigma na forma de investimento em áreas de necessidades globais e financiamento de políticas com prioridades econômicas, sociais e ambientais em busca do desenvolvimento sustentável.

Além deste, tem-se o Acordo de Paris³, adotado por 195 países, na 21ª Conferência das Partes (COP 21), da Convenção-Quadro das Nações Unidas (UNFCCC) sobre Mudanças do Clima, em Paris, em 12 de dezembro de 2015, cujo objetivo é combater as mudanças climáticas, acelerar e intensificar as ações e investimentos necessários para um futuro sustentável de baixo carbono, mantendo um aumento da temperatura global abaixo de 2° Celsius, acima dos níveis pré-industriais, além de procurar limitar o aumento da temperatura ainda mais a 1,5° Celsius.

¹ Disponível em: <https://www.unisdr.org/we/inform/publications/43291> e <https://www.preventionweb.net/publications/view/43300>. Acesso em 12/05/2021.

² Disponível em: <https://www.un.org/esa/ffd/ffd3/>. Acesso em 12/05/2021.

³ Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>. Acesso em 12/05/2021.



Por fim, pode-se também citar a Nova Agenda Urbana (NAU)⁴, definida em 20 de outubro de 2016, na 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), na cidade de Quito, Equador e aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no 68º Encontro Plenário para a sua 71ª sessão em 23 de dezembro de 2016. A NAU contém 175 padrões e princípios para o planejamento, construção, desenvolvimento, administração e melhoria das áreas urbanas, distribuídos em cinco pilares de implantação: (i) políticas nacionais urbanas; (ii) legislação e regulação urbanas; (iii) planejamento e desenho urbano; (iv) economia local e finança municipal; e (v) implantação local. Propõe-se, a partir da NAU, uma quebra de paradigmas, buscando correlações entre a boa urbanização e o desenvolvimento sustentável, a criação de empregos, as oportunidades de subsistência e a melhora da qualidade de vida.

Em 2015, a ONU, por meio de discussões realizadas na Assembleia Geral das Nações Unidas, estabeleceu 17 metas globais para os próximos 15 anos (2016-2030), chamadas de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Naquele ano, os 193 líderes mundiais, representando os Estados membros da Organização das Nações Unidas (ONU), incluindo o Brasil, se comprometeram em enfrentar os problemas mundiais tal como organizado pela ONU, adotando, assim, a chamada Agenda 2030. Isto consistia em cumprir novos objetivos e metas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Figura 1: Ícones dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.com.br/>. Acesso em 12/05/2021.

⁴ Disponível em <http://habitat3.org/the-new-urban-agenda/>. Acesso em 12/05/2021.



Os ODS passaram a orientar as políticas públicas em várias nações e atividades de cooperação entre países no mundo. Os Objetivos contemplam 169 metas e 231 indicadores, a serem alcançadas pelos países membros de 2016 até 2030, com foco: 1 - Erradicação da pobreza; 2 - Segurança alimentar e agricultura; 3 - Saúde de qualidade; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de gênero; 6 - Água e saneamento; 7 - Energias renováveis e acessíveis; 8 - Trabalho digno e crescimento econômico sustentável; 9 - Indústria, inovação e infraestrutura; 10 - Redução das desigualdades; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Padrões sustentáveis de consumo e de produção; 13 - Mudanças climáticas; 14 - Proteção e uso sustentável dos oceanos; 15 - Proteção dos ecossistemas terrestres; 16 - Sociedades pacíficas, justas e inclusivas; e 17 - Parcerias e meios de implementação.

Além disso os ODS estão distribuídos em quatro Dimensões:

1) Dimensão Social:

Objetivo 1 - Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

Objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.

Objetivo 3 - Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Objetivo 4 - Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Objetivo 5 - Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Objetivo 7 - Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.

Objetivo 11 - Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Objetivo 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

2) Dimensão Econômica:

Objetivo 8 - Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

Objetivo 9 - Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.

Objetivo 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.

Objetivo 12 - Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.

3) Dimensão Ambiental:

Objetivo 6 - Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.

Objetivo 13 - Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.



Objetivo 14 - Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Objetivo 15 - Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

4) Dimensão Institucional:

Objetivo 17 - Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Portanto, com a finalidade de mapear as ações do governo do estado do Ceará, alinhadas aos ODS, o presente relatório apresenta as políticas, programas, projetos e iniciativas governamentais que seguem a Agenda 2030, especificamente ao **Objetivo 2 - Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável**. O levantamento das ações do governo em relação ao ODS 2 foi realizado a partir de pesquisas nas Mensagens à Assembleia Legislativa⁵, Plano Plurianual (PPA)⁶, Sistema de Informações Financeiras (SIOF/SEPLAG)⁷ e nos portais das secretarias executoras das ações governamentais.

Considerando que a principal fonte de pesquisa é a Mensagem à Assembleia Legislativa e como se trata de uma publicação prevista no Planejamento Estratégico do IPECE, até 2025, os relatórios poderão sofrer atualizações com advinda das novas ações desempenhadas pelo governo do Ceará e divulgadas nas Mensagens elaboradas pela a Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG).

⁵ As Mensagens são enviadas para o Legislativo no início de cada ano como prestação de contas das ações realizadas pelo Executivo no ano anterior, conforme reza a Constituição do estado do Ceará, em seu art. 88, inciso VIII. Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-mensagem-a-a-l/>. Acessos a partir de março de 2020.

⁶ Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plurianual/>. Acesso em 18 de julho de 2021.

⁷ Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-mensagem-a-a-l/>. Acesso em 20 de julho de 2021.



ODS 2- FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

METAS DO OBJETIVO 2

- 2.1. Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.
- 2.2. Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.
- 2.3. Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
- 2.4. Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo.
- 2.5. Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente.
 - 2.a. Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos.
 - 2.b. Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha.
 - 2.c. Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

Fonte: Plataforma Agenda 2030. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/2>. Acesso em 7 de junho de 2021.



ODS 2 E GESTÃO PÚBLICA

As metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram definidas dentro de uma visão universal, o que dificulta a gestão pública na identificação e definição de políticas relacionadas ao objetivo e respectivas metas.

Para facilitar o governo Federal e os estaduais no alcance dessas metas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou uma readequação das metas dos ODS à realidade brasileira na identificação de indicadores que balizassem as políticas públicas nacionais e subnacionais.

Para o alcance do ODS 2 são necessárias políticas públicas que além de garantir uma alimentação de qualidade para a população, principalmente a mais vulnerável, também incentive e financie agricultura orgânica e promova a aquisição de produtos de pequenos agricultores, associações e hortas comunitárias e agricultura familiar para escolas e hospitais públicos.

No âmbito dos governos estaduais, as ações são definidas a partir do Plano Plurianual (PPA) para um período de quatro anos e que é elaborado a partir do segundo ano do governo eleito e finalizado no primeiro ano da próxima gestão. Quando um governante é reeleito pode acontecer a continuidade de programas da primeira gestão. O ODS 2 se enquadra no Plano de Governo vigente, denominado “Os 7 Cearás”⁸, elaborado para o período de 2015 a 2018 e que continua para os anos de 2019 a 2022, nos Eixos: **Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável e Ceará do Conhecimento** e nos temas **Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Familiar e Agronegócio, Inclusão Social e Direitos Humanos, Trabalho e Renda, Pesca e Aquicultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação Profissional e Recursos Hídricos** que envolvem Programas, Projetos e iniciativas executadas, principalmente, pelas secretarias estaduais de Desenvolvimento Agrário; de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos; da Ciência, Tecnologia e Educação Superior; de Recursos Hídricos; e de Educação, cada uma com seu papel e atuação bem definida.

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) é responsável pelo desenvolvimento da agricultura, pecuária, pesca, aquicultura e agroindústria e tem como missão “promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores e agricultoras familiares, com participação, inclusão e justiça social”. A importância da SDA com o ODS 2 é percebida claramente com: os incentivos para a ampliação da produção, beneficiamento e comercialização nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar; viabilização do acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados; contribuição para a garantia da segurança alimentar e nutricional da

⁸ Disponível em <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/2014-Os7Cearas.pdf>. Aceso em 14 de junho de 2021.



população; fomento a competitividade dos produtores do Estado; e promoção, de forma sustentável e inovadora, no incremento da produção pesqueira artesanal e aquícola familiar.

A Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET) tem como missão “ser o agente catalisador do desenvolvimento econômico do Estado do Ceará de forma sustentável, em uma ambiência que favoreça a viabilização e manutenção de negócios e que contribua para o fomento do emprego e do empreendedorismo”. E fazendo parte dessa missão está o desenvolvimento sustentável e integrado do agronegócio, da pesca e aquicultura para garantir a produtividade, a competitividade, o abastecimento, comercialização e promoção do setor agropecuário do estado.

A Secretaria de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos (SPS) tem como Missão “Desenvolver e coordenar as políticas de assistência social, segurança alimentar e nutricional e artesanato, promover e garantir as políticas de justiça, de cidadania, de mulheres, de direitos humanos e políticas sobre drogas, e cumprir sua função social em parceria com a sociedade e demais instituições governamentais”. A contribuição da SPS com o ODS 2 está na implementação de políticas públicas para ampliar o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequada, contribuindo assim com a redução da insegurança alimentar e nutricional.

A Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE) “coordena e viabiliza a geração, difusão e aplicação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida da população cearense” e suas ações que contribuem com o ODS 2 estão relacionadas com a qualificação técnica de profissionais para o mercado de trabalho na área de agricultura.

Além de promover o aproveitamento racional e integrado dos Recursos Hídricos do Estado, a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) também coordena, gerencia e operacionaliza estudos, pesquisas, programas, projetos, obras, produtos e serviços referentes a recursos hídricos e meio ambiente para subsidiar a formulação de políticas públicas com foco no desenvolvimento rural e agrário, como exemplo, o levantamento de reconhecimento de média intensidade dos solos para orientar o uso e ocupação racional das terras e o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, o que vai de encontro com o ODS 2.



AÇÕES DO GOVERNO DO CEARÁ RELACIONADAS AO ODS 2

As ações foram classificadas em: Programas; Projetos e Ações Estratégicas e foram separadas pelas secretarias responsáveis pela execução.

As Políticas Públicas possuem uma abrangência macro com visão integrada, intersetorial e transversal, compostas por programas e projetos com a finalidade de alcançar os objetivos e as metas de cada Eixo do Plano de Governo.

Os Programas são os principais instrumentos do planejamento público e possuem uma secretaria como coordenadora, podendo serem executados por mais de uma setorial. Eles são apresentados a cada Plano Plurianual (PPA), subdividido por Eixo e Tema, cadastrados no SIOF por um código. Para facilitar a sua apresentação, podendo estes apresentar mais de um código, caso este programa tenha sido continuado em mais de um PPA.

PROGRAMAS

Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)

01. Programa Desenvolvimento da Agropecuária Familiar (029)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Agricultura Familiar e Agronegócio.
- Objetivo: Incentivar o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo, tendo como público-alvo agricultores/as familiares, povos e comunidades tradicionais e suas representações.
- Público-alvo: Agricultores (as) Familiares e Povos e Comunidades Tradicionais e suas representações.
- Gestor: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (atual SDA).
- Executores: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), Centrais de Abastecimento do Ceará S.A. (CEASA) e Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF).
- Incentivo à produção agropecuária da agricultura familiar.
- Distribuição de equipamentos, utensílios e semoventes para apoio às cadeias produtivas da pecuária.
- Apoio à implantação de projetos agrícolas para os agricultores familiares.
- Apoio à implantação de área de produção em quintal produtivo.
- Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação.
- Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- Apoio a sete projetos produtivos de irrigação, uma sala de ordenha, com o financiamento de energia solar, construção de nove cacimbões e instalação de um abatedouro para aves caipiras com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF).



- Distribuição de 2.167,021 toneladas de milho híbrido, 399,919 toneladas de milho variedade, 122,827 toneladas de feijão Vigna e 247,937 toneladas de sorgo forrageiro, totalizando 2.937,70 toneladas nas 14 regiões, o que representa 73,48% do previsto para o ano.
- Distribuição de 525.477 mudas (caju, ornamentais e outras frutíferas), 3.500 m³ de manivas e 7.883.011 raquetes de palma forrageira, beneficiando 150.312 agricultores familiares em todo o Estado.
- Classificação de 1.131.868,01 toneladas de produtos vegetais (trigo, algodão em pluma, arroz, feijão, alho, entre outros), oriundos do mercado interno e de importação, com a emissão de 125.179 documentos de Certificado de Classificação, contribuindo para a garantia da segurança alimentar da sociedade.
- Realização de 450 análises de sementes para o Projeto Hora de Plantar; 376 produtores beneficiados com financiamento de projetos de atividades produtivas compostas nas linhas de atuação do FEDAF, sejam elas a fruticultura irrigada, agroindústria familiar, pequenos animais, equipamentos de geração de energia solar, piscicultura, apicultura em nove regiões.
- Comercialização de 629.864,68 toneladas de produtos hortigranjeiros nos entrepostos das Centrais de Abastecimento do Ceará S/A, na Grande Fortaleza (Maracanaú), Planalto da Ibiapaba (Tianguá) e região do Cariri (Barbalha).
- Assistência técnica e extensão rural a 39.643 produtores familiares nas diversas atividades da cadeia produtiva da agropecuária.
- Elaboração de 142.131 Laudos do Garantia Safra, proporcionando os produtores rurais que tiveram perdas de safra receberem o seguro agrícola.
- Orientação a 199.830 produtores rurais em todo o Estado com informações agrícolas diversas contribuindo para as devidas tomadas de decisões dos produtores rurais, além dessa magnitude de abrangência de atendimento ao público cabe destacar as introduções tecnológicas aos sistemas produtivos com mudanças mais avançadas aos sistemas de produção com influências diretamente na renda do produtor rural bem como seus impactos nos serviços e na maior oferta de produtos para as indústrias.
- Incentivo ao aumento da produção das principais culturas da agricultura familiar, com a distribuição de: sementes selecionadas de alto poder genético para produção de grãos; raquetes de palma forrageira; manivas de mandioca; mudas de cajueiro; e mudas de essências florestais nativas e exóticas, beneficiando agricultores familiares, em 182 municípios do Estado do Ceará.
- Apoio à realização de quatro feiras da agricultura familiar, nos municípios de Crato, Fortaleza, Crateús e Itapipoca. Abordando inovações tecnológicas como: Reuso de água, práticas de conservação de forragens.
- Assistência, monitoramento e acompanhamento de 225 tanques de resfriamento de leite, os quais beneficiam diretamente 2.475 produtores da agricultura familiar, que, em sua maioria, vende sua produção ao PAA-Leite.
- Acompanhamento e assistência técnica a 600 produtores em 24 agroindústrias de beneficiamento da mandioca em 16 municípios, contribuindo com a melhoria da qualidade da farinha produzida, garantindo mercado consolidado para a agricultura familiar, aumentando a geração de emprego e renda dos agricultores familiares, contribuindo também para o aumento da reserva alimentar da pecuária cearense.



- Elaboração de 127 projetos de irrigação, os quais 68 já foram instalados beneficiando 68 famílias, em 13 municípios.
- Parceria entre o Governo do Estado e a sociedade rural cearense ficou mais estreita e evidente a partir da construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PDRSS), que define as bases estratégicas para as políticas de fortalecimento da agricultura familiar no âmbito do Estado do Ceará.

02. Programa Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário (030)

- Eixo: Ceará Acolhedor
- Tema: Inclusão Social e Direitos Humanos
- Objetivo: Contribuir com a redução das desigualdades regionais e nas formulações de políticas públicas, que atendam as diversidades territoriais, nas dimensões socioeconômicas e de infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável e solidário.
- Público-alvo: Agricultores (as) Familiares e Povos e Comunidades Tradicionais e suas representações.
- Gestor: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (atual SDA).
- Executores: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (atual SDA) e Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDACE).
- Apoio a implantação de projetos de infraestrutura produtiva e social nos territórios rurais.
- Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- Promoção do acesso ao Subprojeto de Aquisição de Terra (SAT) pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
- Apoio à ampliação da governança fundiária nos territórios rurais.
- Beneficiamento de 163 famílias com o acesso à terra através do financiamento pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), sendo adquiridos quatro imóveis com área de 1.869,06 hectares, envolvendo recursos de R\$ 7.304.000,00.
- Apoio ao financiamento e liberação de 84 Subprojetos de Investimentos Comunitários - SIC, visando dotar as unidades produtivas adquiridas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) de infraestrutura produtiva e social, beneficiando 322 famílias em 22 municípios.
- Beneficiamento de 32 famílias com laudo de vistoria e avaliação dos imóveis rurais desapropriados para duplicação da CE - 085, nos municípios de Trairi e Paraipaba.
- Realização de vistoria e avaliação de cinco imóveis rurais objetivando a desapropriação por utilidade pública da área atingida pela Barragem do Figueiredo, nos municípios de Iracema e Potiretama.
- Prestação de assistência técnica e extensão rural a 50.435 agricultores (as) familiares, orientados no fortalecimento convivência com o semiárido com a integração de práticas agroecológicas sempre levando em conta as potencialidades e vulnerabilidades dos territórios. Implantação de projetos produtivos em assentamentos e reassentamentos estaduais, projetos de infraestrutura produtiva e social e atividades em conjunto com os comitês municipais no planejamento de ações para o desenvolvimento municipal e do território.



- Realização de 100 diagnósticos de levantamento da capacidade de produção de assentamentos em 10 municípios.
- Delimitação de 50 áreas de reserva legal e de proteção permanente em 15 municípios, beneficiando 500 famílias.
- Repactuação de dívidas rurais de 44 assentamentos, em 10 municípios, atendendo a 682 famílias e já encaminhados ao Banco do Nordeste 37 processos, para renegociação de dívida da terra
- Financiamento, pelo Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), de quatro imóveis rurais, beneficiando 28 famílias com 436,11 ha.
- Construção, por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), de nove moradias em Guaiúba e de 17 em Jaguaratama, beneficiando 26 famílias em unidades produtivas financiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
- Implantação de 51 subprojetos de infraestrutura produtiva e social em 28 imóveis financiados pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) por investimento comunitário.
- Prestação de assistência técnica e extensão rural a 48.636 produtores rurais familiares, concentrada na formação e conhecimento de novas técnicas e práticas direcionadas para o fortalecimento da convivência com o semiárido.
- Apoio a ações de desenvolvimento fundiário e agrário a 5.702 famílias, referentes a acompanhamento social das famílias assentadas e reassentadas indígenas, quilombolas e pescadores artesanais.
- Realização de georreferenciamento e cadastramento rural de novos imóveis, distribuídos em municípios das regiões: Vale do Jaguaribe, Centro Sul e Litoral Norte.
- Aquisição de três imóveis rurais por utilidade pública para melhoria dos centros de população, beneficiando 96 famílias camponesas nos municípios de Tamboril e Ararendá.
- Promoção do acesso à terra com o financiamento de dois imóveis rurais em uma área total de 476,03 hectares, beneficiando 20 famílias, nos municípios de Quixeramobim e Aracoiaba.
- Implantação de 44 Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC), beneficiando 253 famílias, contemplando 21 unidades produtivas (imóveis) em 16 municípios, localizados em nove regiões.
- Emissão de títulos de domínio de imóveis rurais pelo Programa de Regularização Fundiária, em municípios cearenses, estando aptos a entregar, em razão dos trabalhos realizados.
- Acompanhamento técnico-social em 198 áreas de assentamentos e reassentamentos nas 14 regiões, beneficiando famílias com emissão de declarações/anuências para promoção do acesso a políticas públicas sociais e econômicas.
- Emissão de Declarações de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para acesso a políticas de crédito agrícola.
- Acompanhamento de 206 famílias assentadas no processo de desbloqueio cadastral junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e liberação do Tribunal de Contas da União (TCU), já tendo sido aprovados 109 desbloqueios cadastrais em 33 assentamentos, distribuídos em 19 municípios.



- Elaboração de Cadastros Ambientais Rurais (CAR) de assentamentos rurais, em municípios, beneficiando famílias assentadas.
- Aquisição de um imóvel rural a destinar-se à manutenção produtiva de famílias impactadas pela construção da Barragem do Figueiredo, no município de Iracema.
- Aquisição da área social do imóvel rural Fazenda Uruanan, no município de Chorozinho, que beneficiará 595 famílias, associado à aquisição do restante da propriedade pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF).
- Acompanhamento operacional junto a 19 associações de assentamentos de compra de terra para quitação de dívidas de terras de 19 imóveis rurais vinculados ao Projeto São José - Ação Fundiária e Programa Cédula da Terra.
- Contratação pelo agente financeiro de 91 propostas de financiamento de terra em oito imóveis, beneficiando 91 famílias, com 3.079,74 hectares de terra adquirida por meio de financiamento no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF), em sete municípios.
- Entrega de 15 Subprojetos de Investimentos Comunitários (SIC) e um Subprojeto de Investimento Básico (SIB), totalizando 16 subprojetos distribuídos em seis municípios, atendendo 100 famílias, assistidas pela Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), por suas entidades representativas contratadas.
- Entrega de 18.894 Títulos de Domínio de imóveis rurais pelo Programa de Regularização Fundiária, sendo 8.016 emitidos em 2019 e 10.878 oriundos de anos anteriores, em 91 municípios distribuídos nas 14 regiões, estando aptos a entregar, em razão dos trabalhos realizados, 4.722 títulos em 2020.
- Atendimento de regularização fundiária a 5.571 novos imóveis rurais com o processo de georreferenciamento e cadastramento rural distribuídos em cinco municípios, sendo quatro na região do Vale do Jaguaribe e um no Centro Sul.
- Acompanhamento de 15 áreas de conflito agrário, distribuídas em 12 municípios.
- Acompanhamento, vistoria e avaliação de imóveis em áreas de conflito agrário, sendo alguns imóveis rurais em atendimento ao processo de realocamento de famílias impactadas pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e em imóveis em atendimento à demanda do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).
- Acompanhamento de 200 famílias residentes na fazenda Uruana, em Chorozinho, que estão em processo de aquisição de terra através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), bem como de 141 famílias reassentadas pelo projeto da barragem do Figueiredo, nos municípios de Iracema e Potiretama.
- Regularização do quadro social de 26 assentamentos oriundos do Projeto São José Ação Fundiária e Programa Cédula da Terra.

03. Programa Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural (031)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Trabalho e Renda
- Objetivo: viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo.



- Público-alvo: Agricultores (as) Familiares e Povos e Comunidades Tradicionais e suas representações.
- Gestor: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (atual SDA).
- Executores: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDACE).
- Promoção da inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos.
- Formação e qualificação técnica, gerencial e organizacional de agricultores familiares.
- Apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis.
- Implantação de projetos produtivos em assentamentos e reassentamentos estaduais, comunidades tradicionais e áreas especiais.
- Desenvolvimento de capacidades das famílias da agricultura familiar através das ações de acompanhamento técnico e elaboração de planos de investimentos para 2.373 famílias em 62 comunidades, executados pelas entidades de Assessoria Técnica Contínua (ATC's): Cáritas Diocesana de Crateús, CETRA e Flor do Pequi.
- Realização de 277 eventos de capacitação, dentre eles: oficina, curso, missão técnica, seminário e dia de campo, voltados aos agricultores familiares beneficiados pelo Projeto São José III, para 372 técnicos e 3.984 agricultores.
- Elaboração de 588 projetos produtivos em 31 municípios com os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), área de abrangência do Projeto Paulo Freire, beneficiando diretamente 17.606 famílias de agricultores familiares pobres e extremamente pobres, nas atividades de: avicultura, caprinocultura, ovinocultura, mandiocultura, fruticultura, suinocultura, apicultura, quintais produtivos, biodigestores, reuso de água cinza, olericultura, artesanato, beneficiamento, entre outras.
- Execução de assessoria técnica contínua a 23.195 famílias agricultoras em 600 comunidades nesses 31 municípios.
- Elaboração de 52 Planos de Investimentos fortalecendo as cadeias produtivas relacionadas a práticas agroecológicas e convivência com o semiárido pelo Projeto Paulo Freire, no valor de R\$ 13,52 milhões, dos quais já havendo desembolso de R\$ 2,8 milhões para 16 Planos de Investimento.
- Contratação de 1.020 planos de créditos de investimento e custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para pequenos negócios agrícolas e não agrícolas.
- Implantação de 180 projetos de mecanização agrícola de convivência com o semiárido, beneficiando 13.492 famílias de agricultores (as), em 52 municípios.
- Implantação de 66 projetos produtivos (mandiocultura, apicultura, carcinicultura, cajucultura, avicultura, ovino caprinocultura), beneficiando 1.822 famílias de agricultores familiares, em 34 municípios.
- Ampliação dos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar por meio de crédito, seguro, assistência técnica, ações de cooperativismo e extensão rural; e expansão das compras públicas de alimento da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).



04. Programa Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (033)

- Eixo: Ceará Acolhedor.
- Tema: Segurança Alimentar e Nutricional.
- Objetivo: Contribuir para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população, priorizando os grupos com vulnerabilidade social, com o acesso a alimentos em qualidade e quantidade satisfatória.
- Público-alvo: Agricultores (as) Familiares e Povos e Comunidades Tradicionais e suas representações, beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Leite fome Zero, entidades filantrópicas, consumidores de produtos hortifrutigranjeiros, Estudante das Escolas Públicas.
- Gestor: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (atual SDA).
- Executores: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura.
- Viabilização das adesões de agricultores ao Garantia Safra.
- Promoção de acesso à água para produção de alimentos.
- Apoio à cadeia produtiva da pecuária leiteira de base familiar com aquisição de sua produção.
- Prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- Adesões ao garantia-safra de 200.395 agricultores familiares, em 178 municípios, dos quais 8.474 agricultores já estão recebendo os benefícios, contemplados com R\$ 850,00 cada, em cinco parcelas.
- Distribuição de 790.049 kg de alimentos para 2.920 agricultores familiares. 349.582 pessoas em situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional de 731 entidades em 103 municípios do Ceará foram beneficiadas através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No total, são 4.743 produtores familiares vendendo produtos do campo a 904 entidades socioassistenciais em todo o estado.
- Aquisição da produção leiteira, de 1.444 produtores da agricultura familiar, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo adquiridos um total de 6.044.798 litros de leite, com distribuição gratuita em 66 municípios, beneficiando 20.211 pessoas e 42 entidades.

05. Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (035)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Agricultura Familiar e Agronegócio.
- Objetivo: Tornar os produtores do Estado competitivos e capazes de conviver com as adversidades, explorando as vantagens competitivas do semiárido cearense, das serras úmidas e da região litorânea.
- Público-alvo: Pequenos, médios e grandes produtores do segmento agropecuário.
- Gestor: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (atual SDA).
- Executores: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura.
- Apoio à formação de reserva alimentar estratégica para a pecuária.
- Estruturação da comercialização da produção agropecuária.



- Modernização dos sistemas de irrigação para melhoria da eficiência do uso da água de perímetros públicos.
- Melhoria dos processos de produção agrícola.
- Promoção e participação em eventos, feiras, missões e rodadas de negócios, com a divulgação de oportunidades e incentivos estaduais.
- Apoio ao plantio de mudas de essência florestais sustentável.
- Promoção de renovação dos Pomares de Cajueiro.
- Realização de ações de prevenção e combate de pragas e doenças do cajueiro.
- Promoção de ações de inovação da Cadeia do Caju.
- Apoio à renovação dos canaviais de brejos úmidos.
- Apoio à ampliação da produção apícola.
- Elaboração e disponibilização de informações estratégicas sobre o setor de agronegócio.
- Apoio à implantação do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia de Israel no semiárido.
- Apoio a cadeia produtiva do leite.
- Atendimento a 274 empresários do agronegócio, pequeno, médio e grande produtor e produtores oriundos da agricultura familiar, beneficiados com serviços tecnológicos, visando à segurança alimentar e ambiental.
- Elaboração do boletim “Exportações Cearenses com Foco no Agronegócio” sobre as exportações de produtos da lavoura, pecuária, aquicultura e pescado do agronegócio cearense.
- Elaboração de informes técnicos sobre os indicadores de produção e mapas georreferenciados dos produtos do agronegócio cearense.
- Capacitação de 160 produtores e técnicos na melhoria dos processos produtivos, cuidados sanitários e sistema de irrigação no âmbito do projeto “Modernização da cultura do algodão no Ceará”, sendo 80 no Vale do Jaguaribe e 80 no Cariri.
- Participação em 26 eventos nacionais e internacionais, visando atualização nas melhores práticas do agronegócio e disseminação de conhecimento.
- Realização do Seminário Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.

06. Programa Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária Familiar (311)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Agricultura Familiar e Agronegócio.
- Objetivo: Melhorar as condições para a ampliação da produção, beneficiamento e comercialização dos produtos da agropecuária familiar, de modo a aumentar sua participação econômica e contribuir com o desenvolvimento territorial sustentável e a redução das desigualdades regionais.
- Público-alvo: Agricultores (as) Familiares e Povos originários e Comunidades Tradicionais; suas organizações econômicas e representações sociais.
- Gestor: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (atual SDA).



- Executores: Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) e Fundo Estadual de Desenvolvimento da Agricultura Familiar (FEDAF).
- Promoção do estímulo à produção agrícola sustentável.
- Promoção da ambiência adequada ao beneficiamento e comercialização dos produtos oriundos da produção agropecuária familiar.
- Expansão da produção da agropecuária familiar com adoção de técnicas inovadoras e sustentáveis.
- Promoção do desenvolvimento da economia solidária nas atividades agrícolas e não agrícolas de base familiar no meio rural.
- Promoção do apoio à comercialização de produtos agropecuários.
- Promoção da certificação da produção da agropecuária familiar.
- Expansão da capacidade de obtenção de água para produção de alimentos.
- Promoção da qualificação do agricultor (a) familiar e suas organizações econômicas e representações sociais.
- Promoção da Assistência Técnica e Extensão Rural.
- Promoção do planejamento de desenvolvimento territorial rural sustentável.
- Realização 57.956 Assistências Técnica e Extensão Rural (ATER), contínua e sistemática através de visitas In Loco as comunidades/ imóveis rurais, utilizando-se de metodologias tais como: visitas, reuniões, demonstrações práticas, excursões, intercâmbios técnicos dentre outras a fim de melhorar o desempenho da unidade produtiva.

07. Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar (352)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Pesca e Aquicultura.
- Objetivo: Promover de forma sustentável e inovadora o incremento da produção pesqueira artesanal e aquícola familiar cearense, contribuindo com o aumento da geração de emprego e renda.
- Público-alvo: Pescadores (as) artesanais, marisqueiras, aquicultores familiares, (piscicultores, carcinicultores, malacultores, ostreicultores, algicultores), catraieiros, carpinteiros artesanais, confeccionadores de apetrechos (rede, manzuá, espinhel, curral, velas, pinturas e calafetes, etc.), comunidades pesqueiras e tradicionais aquícolas, litorânea e interiores.
- Gestor: Secretaria do Desenvolvimento Agrário.
- Executores: Secretaria do Desenvolvimento Agrário.
- Expansão da produção pesqueira e aquícola com adoção de técnicas inovadoras e sustentáveis.
- Promoção do apoio à produção pesqueira.
- Promoção da Assistência Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola.



Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET)

01. Programa Abastecimento, Comercialização e Defesa no Setor Agropecuário (312)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Agricultura Familiar e Agronegócio.
- Objetivo: Ampliar a comercialização e a defesa dos produtos agropecuários, bem como o abastecimento em quantidade e qualidade adequadas para a população do Estado do Ceará.
- Público-alvo: Produtores rurais, estabelecimentos de produtos de origem animal e vegetal, comerciantes e sociedade consumidora.
- Gestor: Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE (atual SEDET).
- Executores: Centrais de Abastecimento do Ceará S.A. (CEASA), Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADECE) e Secretaria do Desenvolvimento Econômico.
- Promoção do combate ao uso indevido e inadequado de agrotóxicos em propriedades rurais.
- Promoção de prevenção, controle e erradicação das doenças e pragas dos vegetais.
- Promoção da prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais.
- Promoção da certificação de estabelecimentos que produzem produtos de origem animal.
- Promoção do combate a irregularidades no trânsito de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos nas rotas/vias de maior risco sanitário.
- 135.614 agricultores familiares beneficiados com a efetivação das adesões ao Programa Garantia Safra (seguro em caso de perda da produção em razão de estiagem ou excesso hídrico), contemplando 175 municípios.
- 276 famílias beneficiadas com sistemas (solução) de captação e armazenamento de água para produção de alimentos, sendo 27 em Hidrolândia, 53 em Sobral, 28 em Massapê, cinco em Ararendá, cinco em Catunda, seis em Nova Russas, 10 em Milhã, 10 em Pedra Branca, 10 em Tamboril, 14 em Massapê, 33 em Moraújo, sete em Apuiarés, sete em Camocim, cinco em Jijoca, 10 em Miraíma, seis em Potiretama, seis em São João do Jaguaribe, sete em Aracoiaba, sete em Maranguape, 10 em Redenção, 10 em Canindé.
- Distribuição de 3.294,91 toneladas de sementes em 182 municípios do Estado do Ceará beneficiando 157.409 agricultores (as) familiares.
- Distribuição de 11.401.343 mudas de cajueiro e outras frutíferas, palma forrageira, essências florestais e manivas, beneficiando 5.651 agricultores familiares nas 14 regiões do estado.
- Realização de 4.108 fiscalizações para prevenção, controle e erradicação de doenças, sendo 1.311 focado nos animais e 2.707 nos vegetais.
- Realização de 553 fiscalizações no combate ao uso indevido e inadequado de agrotóxicos.
- Realização de 1.336 blitzes para combater as irregularidades no trânsito de animais e vegetais, seus produtos e subprodutos nas rotas/ vias de maior risco sanitário.
- Ampliação da Área Livre de Praga, propiciando a ampliação do agronegócio ao mercado externo.



02. Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (313)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Agricultura Familiar e Agronegócio.
- Objetivo: Ampliar a produtividade e a competitividade do agronegócio do Ceará de forma sustentável explorando as vantagens estratégicas de todo o seu território.
- Público-alvo: Agricultores e pecuaristas com foco empresarial e profissionais da área, cooperativas e associações de produtores, indústria e demais setores da cadeia produtiva.
- Gestor: Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE (atual SEDET).
- Executores: Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (NUTEC), Superintendência de Obras Públicas (SOP), Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A. (ADECE).
- Implantação de Serviços de Assistência Técnica.
- Expansão do controle de qualidade de produtos na área de agricultura familiar e agronegócio.
- Promoção da melhoria da eficiência do uso da água na agricultura irrigada.
- Promoção do conhecimento técnico-científico sobre a cadeia produtiva do agronegócio.
- Promoção da inovação na cadeia produtiva do agronegócio.
- Promoção da ampliação da produção sustentável no agronegócio.
- Classificação 25.367,43 toneladas de produtos de origem vegetal para o mercado interno e emissão de 180 certificados de classificação de produtos vegetais padronizados.
- Realização de 24 eventos de apoio à comercialização de produtos agropecuários, dentre estes o Seminário Estadual do Programa de Aquisição de Alimentos Modalidade Compra com Doação Simultânea e a 1ª Edição da Feira Agroecológica e Espaço Gastronômico.
- Realização de 250 capacitações nas 14 regiões de planejamento, dentre elas: Oficinas, seminários, cursos, intercâmbios e capacitações com o objetivo de contribuir para o fortalecimento organizacional de agricultores (as) familiares, suas organizações econômicas e representações sociais.
- Manutenção física do Parque de Exposições João Passos Dias.
- Entrega de 218 projetos de desenvolvimento comunitário por meio do Projeto Paulo Freire, beneficiando 6.942 famílias nas três regiões atendidas pelo projeto.
- 445 produtores beneficiados com a implantação de projetos de produção, sendo 225 Projetos Irrigação Minha Propriedade (PIMP) e 220 voltados à cadeia produtiva da caprinocultura, em nove regiões de planejamento.
- Ampliação de 100% das empresas com certificação do Serviço de Inspeção Estadual (SIEs) e do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBIs), proporcionando acesso ao mercado nacional, pelas agroindústrias cearenses.
- Agência de Defesa Agropecuária do Ceará (ADAGRI) 100% digital, através do portal do produtor e aplicativos, permitindo que o produtor não precise ir até uma unidade física para acessar os seus serviços.
- 164 pessoas beneficiadas com o dia de campo sobre o cultivo do milho irrigado, em Iguatu.



- Cinco produtores de lácteos beneficiados com validação técnica do laticínio visando o diagnóstico inicial, em Limoeiro do Norte.
- Acompanhamento técnico a 30 produtores de algodão, sendo: 29 na região do Cariri e um no Vale do Jaguaribe.
- 50 produtores beneficiados com capacitação sobre cultivo da pitaya.

03. Programa Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Pesca e Aquicultura (351)

- Eixo: Ceará de Oportunidades.
- Tema: Pesca e Aquicultura.
- Objetivo: Promover, de forma sustentável e inovadora, o incremento da produção pesqueira e aquícola cearense, contribuindo para o aumento do consumo per capita de pescados.
- Público-alvo: Pescadores industriais, aquicultores marinhos e de águas continentais (água doce), indústria de processamento e beneficiamento de pescados, indústria naval, técnicos em pesca e aquicultura.
- Gestor: Secretaria do Desenvolvimento Econômico - SDE (atual SEDET).
- Executores: Superintendência de Obras Públicas (SOP) e Secretaria do Desenvolvimento Econômico.
- Promoção de conhecimento técnico-científico sobre a cadeia produtiva da pesca e aquicultura.
- Promoção do ordenamento e gestão das atividades da pesca e da aquicultura.
- Promoção do incentivo ao aumento consumo de pescados e seus derivados.
- Promoção da criação de oportunidades de negócios para a cadeia produtiva da pesca e aquicultura.
- Expansão da estrutura para recebimento, beneficiamento e armazenamento de produtos oriundos da atividade.
- Realização de 103 monitoramentos em 15 unidades de beneficiamento de pescado nos municípios de Fortaleza, Camocim, Pindoretama, Cascavel, Beberibe, Jaguaribara e Jaguaruana, com objetivo de verificar a implantação das Boas Práticas de Manipulação, implantação dos Programas de Autocontrole, condições estruturais para adequar as unidades de beneficiamento de pescado as normas sanitárias estabelecidas por legislações estaduais e federais.
- Capacitação de 29 mulheres marisqueiras no curso de processamento de moluscos bivalves, em Acaraú.
- Capacitação de 32 piscicultores, produtores e técnicos no curso de Cultivo Intensivo de Peixes e Camarões no Sistema de Recirculação de Água, em Barbalha.
- Capacitação de 30 pescadores e armadores de pesca no curso de Formação de Aquaviário - Pescador Profissional, em Paracuru.
- Realização de repovoamento piscícola em 618 reservatórios com a distribuição de 5.285.150 alevinos, em 123 municípios.
- Realização de 369 Assistências Técnica e Extensão Pesqueira e Aquícola (ATEPA).



- Realização de 1.030 análises presuntivas, técnica utilizada para monitorar o estado de saúde dos organismos e realizar diagnósticos prováveis em laboratório e campo, nos municípios de Beberibe e Icapuí.
- Entrega de 1.808 Kits de pesca artesanal em 21 municípios, contemplando rede, anzol, entre outros, para utilização na atividade de pesca em comunidades rurais.

Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS)

01. Programa Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (084 ou 141)

- Eixo: Ceará Acolhedor.
- Tema: Segurança Alimentar e Nutricional.
- Objetivo: Ampliar o acesso a alimentos em quantidade e qualidade adequada, contribuindo com a redução da insegurança alimentar e nutricional.
- Público-alvo: População em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.
- Gestor: Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos.
- Executores: Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Tecnologia e Qualidade Industrial do Ceará (NUTEC) e Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos.
- Promoção do apoio às equipes municipais e sociedade civil na Política de Segurança Alimentar e Nutricional (PSAN) e das ações intersetoriais.
- Promoção da qualificação em Educação Alimentar e Nutricional.
- Expansão da oferta e acesso a alimentos de qualidade.
- Qualificação do controle de qualidade dos alimentos ofertados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- Promoção do acesso a alimentos oriundos da agricultura familiar para população em situação vulnerabilidade alimentar e nutricional.
- Assessoramento a 98 municípios, na difusão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sensibilização dos gestores para adesão aos SISAN e a criação dos marcos regulatórios em âmbito municipal, como a elaboração de uma Lei orgânica de SAN, criação da Câmara intersetorial de SAN e do Conselho Municipal.
- Regulamentação da Lei que institui as Compras Institucionais da Agricultura Familiar, o que propiciará o fomento da produção e consumo de produtos da agricultura familiar por todos os equipamentos públicos do Estado.
- Assessoramento a 75 municípios para o fortalecimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).
- Realização de 39 oficinas, totalizando 1.588 pessoas capacitadas, direcionadas para manipuladores de alimentos e profissionais que atuam em Centros de Educação Infantil de 32 municípios.
- Realização de 44 oficinas para capacitação de 3.310 pessoas em ações de Educação Alimentar e Nutricional.
- Realização de um Seminário de Compras Institucionais para divulgação da Lei Nº 15.910/2015, que cria a Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, com



a participação 225 pessoas (agricultores familiares, suas organizações e secretarias setoriais).

- Realização da VI Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação de 287 pessoas.
- Realização do Encontro SAN+2, com o objetivo de efetivar um balanço sobre as principais deliberações registradas na V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, envolvendo gestores e representantes da sociedade civil que atuam na Política de SAN.
- Realização do Seminário Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional.
- Elaboração do II Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional pela Câmara Intersetorial de SAN (CAISAN).
- Programa Mais Infância Ceará, beneficiou em 2019 12.910 crianças e adolescentes beneficiados, 93 entidades credenciadas, 75 entidades habilitadas e capacitadas em 3 municípios, 2.978 kg de mix de legumes desidratados, 174 toneladas de produtos in natura.
- Lançamento do Programa Mais Nutrição (banco de alimentos in natura, fábrica de polpa de frutas e mix de legumes) em junho de 2019, mais um componente do Programa Mais Infância Ceará, estruturado em três Pilares: Combate ao Desperdício de Alimentos, Enfrentamento à Fome e Acesso a Alimentação Saudável. Por meio de tal programa, foram credenciadas 93 entidades, sendo habilitadas e capacitadas 75 entidades em três municípios, beneficiando 12.910 crianças e adolescentes. Atualmente são produzidos 588 Kg de Mix de legumes desidratados e 97 toneladas de produtos in natura.
- 31.276 pessoas beneficiadas com o processamento e distribuição de 475 toneladas de alimentos no âmbito do Programa Mais Nutrição, contemplando os Municípios de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.
- Capacitação de 453 pessoas, das quais 353 representantes de entidades do Programa Mais Nutrição da Região do Cariri e 100 da Região de Crateús.
- Implantação do Programa Mais Nutrição no Cariri, beneficiando 6.847 pessoas vinculadas a 36 entidades credenciadas.
- Aquisição e distribuição de 9.449.635 litros de leite oriundos do PAA Leite (Programa de Aquisição de Alimentos), beneficiando 236.420 pessoas vinculadas a 2.333 entidades, em 140 Municípios.
- Aquisição e distribuição de 1.401.092 kg de alimentos, em 76 Municípios, beneficiando 586 agricultores familiares e 128.141 pessoas em vulnerabilidade alimentar e nutricional, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CDS).
- Realização de 44 assessorias para o fortalecimento da Política Nacional de Segurança Alimentar (PNSAN), adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e elaboração dos Planos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), contemplando equipes Municipais de 10 Regiões do Planejamento.
- Distribuição de 29.196 Cartões de Auxílio Cesta Básica para famílias em situação de vulnerabilidade.
- Foram contabilizados, até a primeira quinzena de dezembro de 2021, a execução de R\$37.561.567,86 por meio do Programa de Gestão e Promoção da Segurança Alimentar, o que representa um acréscimo orçamentário de 12,51% em relação ao



montante despendido em 2020. Parte deste recurso foi utilizado no sistema de compra e doação simultânea de alimentos, desenvolvido no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que conta com a participação de 4.662 agricultores familiares.

- Apesar do aumento do universo de famílias em situação de pobreza, e da renegociação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA/CDS e PPA Leite) junto ao governo federal, o percentual de pessoas beneficiadas com a distribuição de alimentos superou a meta prevista para o ano, alcançado 14,16% das pessoas em situação de pobreza, o que representa um total de 608.852 pessoas beneficiadas com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2021.

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE)

01. Programa Desenvolvimento da Educação Profissional nos Níveis Formação Inicial e Continuada, Técnico e Tecnológico (058)

- Eixo: Ceará do Conhecimento.
- Tema: Educação Profissional.
- Objetivo: Contribuir para a qualificação de jovens e adultos aumentando suas oportunidades de emprego e renda.
- Público-alvo: Jovens e adultos.
- Gestor: Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior.
- Executores: Secretaria de Educação, Centro de Estratégia de Desenvolvimento (CED)⁹, Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Fundação Universidade Estadual do Ceará (FUNECE), Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).
- Graduação técnica de profissionais para o mercado de trabalho, nas áreas de eletroeletrônica, meio ambiente, mecânica, eletrotécnica, agricultura, metalurgia, eletromecânica, cozinha, saúde, segurança do trabalho.

Secretaria de Recursos Hídricos (SRH)

01. Programa Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis (018)

- Eixo: Ceará Sustentável.
- Tema: Recursos Hídricos.
- Objetivo: Gerar dados e informações para subsidiar a formulação do planejamento governamental, na definição de políticas e diretrizes de distribuição e gestão de recursos hídricos e energia, de desenvolvimento rural e agrário, na implementação de ações de combate à degradação ambiental e na convivência com as variabilidades climáticas do semiárido.
- Público-alvo: Entidades governamentais, setor produtivo, em especial os agricultores e a sociedade civil.
- Gestor: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME).

⁹ O Centro de Estratégia de Desenvolvimento (CED) e Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE) foram extintos na reforma administrativa do governo Lúcio Alcântara. Todas as atividades foram continuadas pelo atual Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).



- Executores: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos.
- Levantamento de reconhecimento de média intensidade dos solos do Estado do Ceará; estabelecendo um conhecimento capaz de orientar o uso e ocupação racional das terras e o desenvolvimento de uma agricultura sustentável.

PROJETOS

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE)

01. Projeto Intercaju¹⁰

- Objetivo: Promover a inclusão social produtiva de organizações coletivas, sejam micro e pequenas empresas ou da agricultura familiar, no território dos Vales do Curu e Aracatiaçu e do Maciço de Baturité, por meio do desenvolvimento das cadeias do caju e mel, integrando ações de produção, de agroindustrialização com foco em pequenos negócios, de comercialização e mercado e de capacitações tecnológicas e gerenciais.
- Apoio ao desenvolvimento de agricultura familiar no setor da Cajucultura em comunidades das regiões do Litoral Norte e Maciço de Baturité, através de aquisição de máquinas e equipamentos, consultorias, cursos e oficinas.

Outras ações também foram identificadas, nos textos das Mensagem à Assembleia, que não puderam ser identificadas ou relacionadas às políticas, programas ou projetos específicos.

AÇÕES E ESTRATÉGIAS

Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)

- Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e suas vinculadas (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE, Central de Abastecimento do Ceará - CEASA e Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará - IDACE) vem buscando tornar a agricultura familiar, não apenas um receptor das tecnologias ou dos produtos e sim um produtor qualificado, de modo que tenham incrementos de renda e melhores condições de vida e bem-estar, transformando-os em produtores credenciados para comercializarem sementes das principais culturas, mudas de essências nativas, de cajueiros e de raquetes de palma forrageira.
- Intensificação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com foco no combate à pobreza rural, na garantia da segurança alimentar e nutricional e no apoio à transição agroecológica e convivência com o semiárido.
- Governo construiu uma agenda na área da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), adotando as premissas básicas, em que se destaca a intersectorialidade com expansão das

¹⁰ Disponível em <https://www.sct.ce.gov.br/2011/08/23/projeto-intercaju/> e <https://www.adece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/98/2018/02/sintese-intercaju-fecop-adece-jan18-7.pdf>. Acesso em 17 de fevereiro de 2022.



compras públicas de alimento da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

- O Governo do Estado vem atuando para o desenvolvimento da agropecuária, mediante duas frentes: o apoio à agricultura familiar e ao agronegócio.
- Distribuição superior a três milhões de toneladas de sementes; de mais de 500 mil mudas; e outros benefícios para mais de 152 mil agricultores familiares em todo o estado.
- Apoio ao desenvolvimento de agricultura familiar, em 13 comunidades situadas nas regiões do Curu/Aracatiagu e Maciço de Baturité, através de aquisição de máquinas e equipamentos e consultorias no setor da cajucultura, beneficiando 210 famílias.
- Ampliação dos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar por meio de crédito, seguro, assistência técnica, ações de cooperativismo e extensão rural; e expansão das compras públicas de alimento da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- Promoção da inserção produtiva de 295 agricultores familiares, com o financiamento de 95 projetos de apoio às cadeias produtivas da agricultura familiar.
- Ações de assistência técnica e extensão rural, direcionadas prioritariamente para a agricultura familiar.

Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET)

- O Eixo Economia para uma Vida Melhor volta-se ao crescimento econômico, ancorado no avanço do setor industrial, na promoção do turismo sustentável, na modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural, pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS)

- O Estado do Ceará, por meio de sua Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará (CONSEA-CE), vem cumprindo seu papel no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de fortalecer o debate em torno do tema e cumprindo o compromisso assumido de atender as urgências relacionadas ao combate à fome e à miséria, em parceria com o Governo Federal.

Secretaria de Recursos Hídricos (SRH)

- Produção dos seguintes estudos, pela Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME): Rede de tempo, clima e impactos: uso da informação de tempo e clima nos setores de Recursos Hídricos e Agricultura - Projeto Lampião (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq).

Secretaria da Educação (SEDUC)

- Em 2016, contabilizam-se 805 profissionais técnicos para o mercado de trabalho, nas áreas de Eletroeletrônica, Meio ambiente, Mecânica, Eletrotécnica, Agricultura, Metalurgia, Eletromecânica, Cozinha, Saúde, Segurança do Trabalho.



O Quadro 1, a seguir, sintetiza os programas realizados pelas secretarias estaduais que estão alinhadas com o ODS 2 – Fome Zero e Agricultura sustentável.

Quadro 1: Programas alinhados com o ODS 2 por Secretaria Estadual.

Secretarias / Programas
<p>Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA)</p> <p>Programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Desenvolvimento da Agropecuária Familiar (029) 02. Programa Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário (030) 03. Programa Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural (031) 04. Programa Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (033) 05. Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (035) 06. Programa Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável da Agropecuária Familiar (311) 07. Programa Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar (352)
<p>Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Trabalho (SEDET)</p> <p>Programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Abastecimento, Comercialização e Defesa no Setor Agropecuário (312) 02. Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio (313) 03. Programa Desenvolvimento Sustentável e Integrado da Pesca e Aquicultura (351)
<p>Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS)</p> <p>Programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Gestão e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (084 ou 141)
<p>Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE)</p> <p>Programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Desenvolvimento da Educação Profissional nos Níveis Formação Inicial e Continuada, Técnico e Tecnológico (058) <p>Projetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Projeto Intercaju
<p>Secretaria de Recursos Hídricos (SRH)</p> <p>Programas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 01. Programa Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis (018)

Fonte: Mensagens à Assembleia de 2017 até 2022. Elaboração: IPECE.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma preocupação com a qualidade de vida dos seres humanos, com um planeta mais sustentável. Muitos movimentos realizados por vários países já tiveram início nas décadas de 80 e 90. Até que no ano 2000, os 191 países-membros das Nações Unidas fecharam um acordo denominado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), se comprometendo até 2015 buscar a sustentabilidade do planeta e a melhoria na qualidade de vida da população mundial.

Passados quinze anos, outras agendas foram sugeridas e seguidas, algumas com foco bem estabelecido, como o **Acordo de Sendai, a Agenda de Ação Adis Abeba, Acordo de Paris**, entre outros. Neste mesmo ano, a ONU, em sua Assembleia Geral, estabeleceu 17 novas metas globais para os próximos 15 anos (2016-2030), chamadas de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), seus membros se comprometeram em continuar enfrentando os problemas mundiais, adotando a chamada Agenda 2030.

A partir daí os ODS passaram a orientar as políticas públicas em várias nações e seus entes subnacionais. Portanto, com o objetivo de mapear as ações do governo do estado do Ceará, que possam estar alinhadas aos ODS, foi realizado o presente relatório, apresentando as políticas, programas, projetos e iniciativas governamentais que seguem a Agenda 2030, especificamente ao **ODS 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável: *Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.***

No âmbito dos governos estaduais, as ações são definidas a partir do Plano Plurianual (PPA) para um período de quatro anos e que é elaborado a partir do segundo ano do governo eleito e finalizado no primeiro ano da próxima gestão. Quando um governante é reeleito pode acontecer a continuidade de programas da primeira gestão. O ODS 2 se enquadra no Plano de Governo vigente, denominado “Os 7 Cearás”¹¹, elaborado para o período de 2015 a 2018 e que continua para os anos de 2019 a 2022, nos Eixos: **Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável e Ceará do Conhecimento** e nos temas **Segurança Alimentar e Nutricional, Agricultura Familiar e Agronegócio, Inclusão Social e Direitos Humanos, Trabalho e Renda, Pesca e Aquicultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, Educação Profissional e Recursos Hídricos** que envolvem Políticas, Programas, Projetos e iniciativas.

Essas Políticas, Programas, Projetos e iniciativas vêm sendo executadas, principalmente, pelas secretarias estaduais de Desenvolvimento Agrário; de Desenvolvimento Econômico e Trabalho; de Proteção Social, Justiça, Mulheres e Direitos Humanos; da Ciência, Tecnologia e Educação Superior; e de Recursos Hídricos, cada uma com seu papel e atuação bem definida.

¹¹ Disponível em <https://www.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/2014-Os7Cearas.pdf>. Acesso em 14 de junho de 2021.



Com base numa leitura das Mensagens à Assembleia de 2017 até 2022, foram identificados **13 Programas**, sendo 7 da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), 3 da Secretaria do Desenvolvimento Económico e Trabalho (SEDET), 1 da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS), 1 da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE), 1 da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e **1 Projeto** da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE).

Por fim, identificou-se 13 Ações Estratégicas: 9 da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, 1 da Secretaria de Desenvolvimento Económico e Trabalho, 1 da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos, 1 da Secretaria de Educação e 1 da Secretaria de Recursos Hídricos.

Desta forma, acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável é um grande desafio, que se faz necessárias políticas públicas intersetoriais em várias ações já realizadas pelo governo e que alinhadas a estratégia de gestão para resultados (GPR) e políticas públicas baseadas em evidências, podem levar a impactos positivos tanto no curto como no longo prazo.



O “**Relatório ODS - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Ações do Governo do Ceará**” e outras publicações do IPECE encontram-se disponíveis na internet através do endereço:
www.ipece.ce.gov.br